



## O SISTEMA PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CEARÁ (SPAECE) COMO EXPRESSÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO

*Alessio Costa Lima*

Universidade Estadual do Ceará

alessiocl@uol.com.br

*Francisca Rejane Bezerra Andrade*

Universidade Estadual do Ceará

rejanemarkert@yahoo.com.br

### Introdução

As constantes transformações decorrentes dos processos de modernização e globalização têm intensificado o debate sobre a Educação no mundo contemporâneo. Motivados por uma tendência econômica neoliberal, governantes e gestores vêm despertando interesse pelo tema, sobretudo, pelos mecanismos de acompanhamento, mensuração e controle de sua qualidade.

Conseqüentemente, a Avaliação passa a assumir posição de centralidade na agenda internacional, tornando-se uma atividade cada vez mais complexa, evoluindo do estágio das “microavaliações para as macroavaliações” (Vianna,1989:17). A avaliação ganha novos contornos, seja para atender as exigências de instituições internacionais de financiamento, ou possibilitar à sociedade o acompanhamento das políticas públicas no setor educacional.

Os Sistemas Educacionais de diferentes países e estados passaram a desenvolver, por iniciativa própria, indução e/ou até imposição das agências internacionais, mecanismos ou Políticas de Avaliação Educacional dos seus sistemas de ensino. Essas iniciativas passam a expressar as tendências decorrentes do modelo neolibe-



ral, próprias do Estado Capitalista, onde a avaliação é priorizada enquanto estratégia de controle, para garantir maior eficiência do Sistema Educacional, num contexto delineado para um Estado Mínimo, com ênfase na sua função de “Estado Avaliador”.

Esta expressão quer significar, em sentido amplo, que o Estado vem adoptando um ethos competitivo, neodarwinista, passando a admitir a lógica do mercado, através da importação para o domínio público de modelos de gestão privada, com ênfase nos resultados ou produtos dos sistemas educativos (AFONSO, 2000:49).

Além da ênfase no Controle, a Avaliação Educacional passa também a ser visualizada como mecanismo de Prestação de Contas, de Responsabilização ou *accountability*, conforme destacado por Vianna (1997), com um sentido contábil, financeiro, e em alguns casos revestido por um sentimento de culpabilidade por sucessos ou fracassos.

Seguindo essa tendência, o estado do Ceará iniciou suas primeiras avaliações em 1992, passo importante e ousado para a época, dando origem a um dos primeiros sistemas estaduais de avaliação no País. Desde então vem passando por sucessivas transformações de natureza conceitual e metodológica. Da mesma forma, recebeu diferentes nomenclaturas até sua denominação atual como Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE).

A estabilidade política do período 1995 a 2002, sob a égide de um mesmo governo, propicia as condições favoráveis para o desenvolvimento de vários programas e projetos na área da Avaliação, a começar pela própria institucionalização do sistema de avaliação. Este cenário foi fonte de inspiração para o desenvolvimento desta pesquisa que teve como objetivo analisar a Política de



Avaliação Educacional implementada no Estado pela Secretaria da Educação Básica (SEDUC), por meio da institucionalização do SPAECE, a partir das percepções dos Diretores e Professores da rede pública estadual. A idéia força reside em oferecer um contra ponto, apresentando a Avaliação Educacional na perspectiva de quem está na escola, favorecendo uma leitura dialética das Políticas Públicas de Avaliação Educacional no Ceará.

Neste sentido foi desenvolvido um Estudo Avaliativo, de natureza qualitativa, em três Escolas Públicas da Rede Estadual, localizadas no município de Fortaleza, capital do Estado. As mesmas foram selecionadas de forma intencional, com base em critérios estabelecidos, no intuito de contemplar a diversidade do universo pesquisado. Os achados da pesquisa foram organizados em quatro grandes Eixos Estruturantes: percepção dos sujeitos sobre Avaliação Educacional, o reconhecimento do SPAECE enquanto sistema de avaliação local, o conhecimento da forma de divulgação e o uso que se faz dos resultados do SPAECE. O presente artigo é resultado da dissertação do Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará – UECE.

### Enfoque Teórico-Conceitual de Avaliação Educacional

A avaliação em sua dimensão epistemológica tem sua origem no latim, da composição *a-valere*, que significa dar valor a..., ou seja, fazer um julgamento, emitindo um juízo de valor a partir de padrões já estabelecidos. Para Luckesi (1995), a avaliação é o ato de atribuir um valor ou qualidade a alguma coisa, ato ou curso de ação. É um processo de delinear, obter e fornecer informações úteis para o julgamento de decisões alternativas. Essa mesma visão é compartilhada por Vianna (1989), ao afir-



mar que a avaliação visa julgar o valor ou utilidade do fenômeno. Porém, conforme é ressaltado por Worthen (1982:4), “a avaliação está bastante relacionada a diversos outros termos com que é freqüentemente associada e geralmente confundida – termos como pesquisa, verificação, medida e, naturalmente, controle”.

A natureza da avaliação na educação assume um significado particular, por ser parte integrante do próprio processo de ensino e de aprendizagem, compondo com estes uma tríade: ensino – aprendizagem – avaliação. Para saber se o ensino está atendendo ao currículo e se ambos estão atingindo aos objetivos de aprendizagem, a avaliação passa a ser imprescindível nesse processo.

O uso da avaliação na educação não é algo recente, pois em séculos anteriores os chineses e, posteriormente os filósofos gregos, já demonstravam sua prática em diversas situações de aprendizagem. Todavia, a avaliação formal de programas, projetos e produtos ganham corpo e forma basicamente a partir do século XX, sob a influência de diversas ciências como a Psicologia, a Sociologia, a Economia, entre outras, contribuindo para o surgimento de novos enfoques teórico-metodológicos. Foi nesse período que segundo Firme (1994:7), “emergiu o termo ‘avaliação educacional’ na expressão de Tyler (1934) então chamado o ‘pai da avaliação’.”

Fazendo uma retrospectiva da trajetória dos últimos “cem anos de avaliação”, enquanto educacional, ou seja, a partir do início do século XX entrando no século XXI, observa-se uma evolução do ponto de vista conceitual, que é classificada por Guba e Lincoln (1989) em quatro gerações:

- **1ª Geração – mensuração:** nos anos vinte e trinta a preocupação centrava-se na elaboração de



instrumentos ou teste para verificação do rendimento escolar. Não havia distinção entre medir e avaliar;

- **2ª Geração – descrição:** nos anos trinta e quarenta buscou-se um melhor entendimento do objeto avaliação. Era necessário descrever o desempenho dos alunos através de padrões e critérios, para verificar o alcance dos objetivos educacionais estabelecidos (Tyler, 1934);
- **3ª Geração – valoração / julgamento:** nos anos sessenta e setenta contestou-se a excessiva ênfase nos objetivos. Não se deve esperar o final de um programa para avaliá-lo em função de seus objetivos. A avaliação teria que ocorrer muito antes para possibilitar correções (Cronbach, 1963). Surge também a necessidade da emissão de um juízo de valor, pois não bastava só a medição e descrição. A avaliação não poderia prescindir de um julgamento (Scriven e Stake, 1967). Desta forma, destacou-se a preocupação com o mérito e a relevância, enquanto características essenciais do juízo de valor (Eisner, 1979);
- **4ª Geração – negociação:** no final dos anos oitenta e início dos anos noventa emergiu-se um processo interativo, negociado, que se fundamenta num paradigma construtivista. Trata-se de uma forma responsiva de focar e um modo construtivista de fazer. A avaliação passa a ser responsiva à medida que se situa e desenvolve a partir de preocupações, proposições ou controvérsias em relação ao objeto avaliado, e construtivista pela interação, do ponto de vista metodológico, entre o avaliador e o avaliado. Por conseguinte, esse paradigma rejeita a abordagem metodoló-



gica positivista, substituindo por um processo metodológico hermenêutico-dialético.

Analisando as diferentes abordagens metodológicas desenvolvidas ao longo das quatro gerações, percebe-se que enquanto as três primeiras centravam-se nos pressupostos científicos positivistas, caracterizado pela importação de modelos de pesquisas oriundos das ciências exatas, a quarta geração rompeu com esse paradigma, assumindo uma abordagem hermenêutico-dialética, caracterizada principalmente por considerar aspectos humanos, políticos, sociais, culturais e éticos, envolvidos no processo. Consta-se de fato uma verdadeira revolução paradigmática, onde o paradigma científico ou racionalista que é essencialmente analítico, reducionista, empirista, associacionista, relativista, nomológico e monístico, é substituído pelo paradigma naturalista, através da investigação / pesquisa naturalista, por sua relevância contextual e riqueza, sua sensibilidade ao processo e capacidade de explicar os dados (Guba e Lincoln *apud* Vianna, 1997:22).

### Políticas de Avaliação Educacional no Cenário Local

A retrospectiva histórico-conceitual da Avaliação Educacional apresentada anteriormente, propiciou elementos para compreensão mais crítica das políticas e do processo de desenvolvimento do sistema de avaliação cearense, fazendo associações entre suas características, contornos, intencionalidades, finalidades e os modelos teóricos que o orienta e o justifica.

O SPAECE enquanto política pública de avaliação educacional resulta das intenções e ações do homem re-



vestido na figura do Estado. Por conseguinte, estas não se processam de forma isolada, mais em articulação contínua e permanente com o ambiente que o cerca e do qual faz parte.

Desta maneira, a leitura dessas imagens, necessita ser inserida nos contextos em que foram produzidas, permitindo compreender toda a dinâmica deste processo em sua dimensão histórico-política. Neste sentido, faz-se pertinente um recuo as primeiras experiências no campo da pesquisa e da avaliação no Estado, possibilitando o entendimento dos antecedentes que colaboraram para a criação do SPAECE. Através de um mergulho na própria história institucional da SEDUC, buscou-se perceber em que momento é iniciado a trajetória da avaliação educacional no Estado. Para tanto, utilizou-se como parâmetro a análise das denominações atribuídas a Pesquisa ou Avaliação nas estruturas da SEDUC ao longo do tempo.

A história da avaliação no Ceará segue as mesmas tendências observadas no Brasil e no mundo, ou seja, é precedida das atividades de pesquisa, até sua consolidação e ocupação do seu espaço na área educacional. O surgimento da Pesquisa na estrutura da SEDUC ocorre no ano de 1961 e se estende até 1991, recebendo diferentes nomenclaturas, assim como se integrando a setores distintos, conforme as mudanças implementadas em cada governo. Porém, permanece sempre relacionada ao setor de planejamento da instituição. A partir de 1991, tem início formalmente a Avaliação na estrutura da SEDUC, permanecendo até os dias atuais. A Avaliação passa a incorporar as atividades de Pesquisa, e juntas compõem o sistema de avaliação educacional do Estado, que tem suas primeiras experiências iniciadas no ano de 1992.

Mediante a análise dos registros obtidos nos documentos oficiais do governo, como Leis, Decretos, Portarias



publicadas no D.O.E., bem como nas Mensagens enviadas à Assembléia Legislativa, livros, relatórios técnicos, textos, artigos e *folders* publicados, buscou-se percorrer, registrar e ilustrar os caminhos desenhados nestes 30 anos da Pesquisa e 16 da Avaliação, tendo como ênfase o período de 1995 a 2002, recorte temporal deste estudo.

A criação do SAEB, com a implementação do Primeiro Ciclo em 1990, influenciou de maneira decisiva o surgimento de sistemas estaduais de avaliação educacionais, como ocorreu mais especificamente no Ceará com a implementação, em 1992, de seu sistema próprio de avaliação, chamado inicialmente de “Avaliação do Rendimento Escolar dos Alunos de 4<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> Séries”, passando a ser conhecido nos meios escolares como “Avaliação das Quartas e Oitavas”, posteriormente denominado “Avaliação da Qualidade do Ensino”.

Dentre seus objetivos podem ser destacados: fomentar uma cultura avaliativa no Estado do Ceará a partir do desenvolvimento permanente do Sistema de Avaliação; possibilitar a todos os elementos envolvidos no processo educativo (alunos, professores, administradores e especialistas) um acompanhamento efetivo dos resultados escolares que vem sendo obtidos no 1<sup>o</sup> Grau, ao final do ano letivo; e analisar as necessidades de aprendizagem consideradas básicas, tendo em vista a formulação e o monitoramento das ações educacionais.

Inicialmente avaliava anualmente o rendimento escolar de alunos das séries finais de cada ciclo, nas disciplinas de Língua portuguesa e Matemática. A partir de 1995, fica estabelecido pela nova gestão da SEDUC que as avaliações seriam intercaladas com os levantamentos do SAEB, passando assim a ser bianual, nos anos pares.

No ano de 1996, foi implantado o Projeto de Avaliação Institucional nas escolas públicas, apoiada nos





princípios do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), quais sejam: Globalidade, Unidade, Respeito à identidade institucional, Não premiação e/ ou não punição, Adesão voluntária, Legitimidade e Continuidade (Ristoff, 1995). Este projeto tinha como objetivo geral, “Implantar a Avaliação Institucional como um processo organizado, sistemático, contínuo e participativo nas Escolas Públicas do Ceará, como condição intrínseca para a Qualidade no Ensino e Autonomia da Escola” (Ceará, 1997:6).

O ano 2000, representou uma nova era para o sistema de avaliação cearense, com sua institucionalização através da Portaria Nº 101/00, passando a denominar-se oficialmente Sistema de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE), estruturado em duas vertentes: avaliação de rendimento escolar e avaliação institucional.

### **Avaliação do Sistema Educacional Cearense no Período 1995 – 2002 na Percepção dos Diretores e Professores**

Quanto a **Percepção sobre Avaliação Educacional**, constatou-se que entre os professores predomina o conceito de avaliação com foco direcionado para a Avaliação da Aprendizagem, voltado especificamente para sua realidade da sala de aula. Essa visão, de certa forma limitada, revela a ausência de conhecimentos mais abrangentes sobre outras formas e modalidades de avaliação. No segmento Diretor, observam-se três leituras distintas, ilustrando correntes diferentes da avaliação: avaliação como forma de “mensurar dados e resultados”, em consonância com os autores da primeira geração segundo Firme (1994); avaliação como um meio para “descobrir se os objetivos foram atingidos”, de acordo com o modelo



de avaliação por objetivos proposto por Tyler (1942); e a avaliação como “um referencial para todas as decisões”, de acordo com Stufflebeam *et al.* (1971), no sentido de subsidiar a tomada de decisão.

Acerca das avaliações em larga escala dos sistemas educacionais, uns reconhecem como algo “importante”, “necessário”. Vêm como uma coisa “positiva” e até “excelente”, embora tenham algumas ressalvas. No extremo, outros classificam “essas avaliações do governo como uma utopia” (Prof. Esc. A-I, 3ª M), por não dar conta de toda a complexidade, mas apenas fornece “uma idéia, uma noção” da realidade educacional. Exatamente a metade dos entrevistados considera esse tipo de avaliação “fora da realidade” do aluno, da escola. Mecanismo de “propaganda de governo” (Dir. Esc. C). A pluralidade conceitual, demonstrada pelos diretores e professores, expressa a complexidade e diversidade das linhas teóricas que permeiam a avaliação, influenciando os sujeitos de maneira diferente.

A investigação sobre o nível de **Conhecimento do SPAECE** pelos diretores e professores revelou uma compreensão superficial do seu objetivo, qual seja, “uma avaliação que o governo faz para saber o nível dos alunos, como está o aprendizado” (Prof. Esc. C-II, 4ª P). Outros tentam acrescentar algo mais mencionando as séries / disciplinas que avalia, a metodologia de aplicação dos testes, a periodicidade em que é realizado. Já entre os diretores prevalece um posicionamento mais consistente e sistematizado. “O SPAECE é um sistema de avaliação do estado do Ceará que acontece a cada dois anos pra avaliar os alunos de 4ª e 8ª séries e 3º ano do Ensino Médio, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática” (Dir. Esc. A).



Um ponto, ainda que elementar, parece ser comum a todos. Nenhum deles mostrou-se desconhecedor do SPAECE enquanto sinônimo de avaliação. Ao que indica, a sigla do SPAECE já foi absorvida por todos enquanto sistema de avaliação local. Esse passo sinaliza uma certa popularização em meio à comunidade escolar. Mais da metade dos professores, diz conhecer o SPAECE somente a partir de 2002. Esse período coincide com a realização do 2º ciclo do SPAECE-NET, correspondente a 6ª edição do sistema, quando foi universalizado em todas as escolas da rede estadual, e instituído o “Prêmio Escola do Novo Milênio”. Sobre a vertente da Avaliação Institucional, por se tratar de uma proposta mais recente, cuja expansão se deu de forma gradativa e por “Adesão”, a maioria dos entrevistados só tomaram conhecimento a partir de 2000, quando ocorreu a sua terceira etapa, contando com uma adesão mais significativa de escolas da rede estadual. Verifica-se uma visível aceitação e validação da proposta da Avaliação Institucional, tanto por parte dos professores como dos gestores.

Na **Divulgação dos Resultados do SPAECE**, no que tange as avaliações do rendimento escolar, conforme apontado pelos professores, os dados chegam a escola através da direção, que os apresenta nas reuniões de planejamento com os professores. Depreende-se das falas que os resultados são socializados mais exclusivamente com o segmento professor, uma vez não ter sido mencionado nas entrevistas, nenhum outro foro de discussão envolvendo outro público. Geralmente estes são apresentados verbalmente pela direção, por ocasião dessas reuniões, a partir da exploração dos “gráficos” que apresenta o desempenho da escola. Entretanto, vale salientar que tão importante quanto a divulgação para os professores, seria a sua divulgação de forma adequada para



os demais sujeitos que integram a comunidade escolar, sobretudo, para os pais e alunos. É preciso assegurar a tradução dos indicadores numa linguagem apropriada aos diferentes interessados. Este é o primeiro e decisivo passo para viabilizar a utilização conseqüente dos mesmos. Afinal, como foi identificado,

O principal defeito das unidades de avaliação é crer que todos vão compreender e se interessar pelos seus relatórios. E pretender informar a todos com um único tipo de relatório. É necessário, como disse antes, transformar os resultados em reflexão didática e criar espaços de discussão e formação a partir dos resultados (Ravela, 2005:6).

Na vertente da Avaliação Institucional, como se trata de uma avaliação da escola, na escola e pela escola, cujo processo culmina com a elaboração do Relatório Escolar, a possibilidade de retorno dos resultados é praticamente imediato. Sendo o Relatório Escolar o primeiro e principal produto para divulgação, a estratégia mais utilizada para sua socialização, segundo a maioria dos entrevistados, são as reuniões com os diferentes segmentos que participaram do processo e que compõem a comunidade escolar.

Ressalta-se que parte significativa dos professores “não sabe” ou “não lembra” se chegou algum tipo de material impresso sobre avaliação, seja do Rendimento Escolar ou Institucional. Este quadro explicita uma fragilidade da política de avaliação, tornando-se imperativo a criação de meios e condições necessárias para que os resultados tenham amplo alcance, propiciando mais visibilidade e transparência das ações desenvolvidas pelo SPAECE, concorrendo para o uso efetivo dos resultados.



O **Uso dos Resultados do SPAECE** pela escola deveria iniciar-se com sua discussão com todos os segmentos da comunidade escolar. Esse seria o primeiro momento de leitura e reflexão dos indicadores coletados, o olhar para a fotografia recém revelada. No caso do SPAECE, essas discussões, quando ocorrem, tem como foro a Semana Pedagógica e as Reuniões de Planejamento, privilegiando, quase que exclusivamente, a participação dos Professores e Núcleo Gestor da escola. Ainda que primordial, não basta travar essa discussão somente com o corpo docente. É preciso estendê-la a toda comunidade escolar e para além dela. Segundo Carvalho (2007:18),

ainda não criamos um meio de devolver os resultados avaliativos para a ponta do sistema e para as comunidades. Entende-se, por comunidade, não só pais, as famílias, como também todos os sujeitos do território em que a escola se insere. Pela ausência deste processo devolutivo, é possível inferir que os dados avaliativos não são apropriados pelos professores, pela escola, pelos alunos e pela comunidade, comprometendo-os a alterar o *status quo* do baixo rendimento escolar das crianças e adolescentes brasileiros.

Entretanto, na opinião da maioria dos entrevistados, de certa forma, as avaliações ocorridas tem contribuído, de uma maneira ou de outra, para melhoria do sistema educacional, embora este seja um processo lento e a longo prazo, e que enfrenta algumas resistências. Vários aspectos são mencionados como indício de melhorias decorrentes dos processos avaliativos. Todavia, na opinião de outros, este tipo de avaliação não tem trazido tantas melhorias. Sobre este aspecto alguns autores defendem que as Políticas de Avaliação Educacional, para serem conseqüentes, têm que se fazerem acompanhadas



de ações efetivas, diretas e objetivas de ajuda e apoio à escola.

Esta seria uma ação social e educacional condizente com os princípios de equidade social. Nada disso é realizado. O que se faz equivale à situação de alguém que caiu num poço profundo e escuta uma pessoa à beira do poço, lá em cima, constatar: 'você caiu no poço!', e, depois, ir embora. Será que quem está lá, no fundo do poço, vai conseguir sair sozinho? (Gatti, 2007:36).

Contudo, ao que indica, alguns projetos foram desenvolvidos pela escola a partir destas avaliações. Embora pontuais estes projetos demonstram a inquietude da escola diante do diagnóstico das avaliações e, sobretudo, a vontade de acertar, de melhorar. Por outro lado, sente-se a ausência de macro políticas educacionais, diferenciadas pela escola, pensadas a partir dos resultados das avaliações, com focos claros e definidos para os problemas levantados. Pode-se inferir que os resultados chegam a ser divulgados e até utilizados, mas, de forma e intensidade muito diferenciadas entre as unidades do sistema e seus integrantes. Verifica-se que ainda persiste o desafio de melhor divulgar e utilizar os resultados das avaliações desenvolvidas pelo SPAECE.

### Reflexões Conclusivas

A realização desta Pesquisa além de propiciar uma visão mais ampla das políticas de avaliação educacional no contexto local, veio oportunizar um momento ímpar para se ouvir a “voz da escola” mediante o registro das falas, dos pensamentos, dos sentimentos, dos anseios e das opiniões dos diretores e professores. Constituiu-se



ainda uma forma de contribuir com o processo de aperfeiçoamento do SPAECE, proporcionando um *feed-back* acerca das avaliações desenvolvidas.

De modo geral, verificou-se que as falas foram bastante diversificadas entre os sujeitos, em alguns pontos com maior ou menor convergências, demonstrando a autenticidade, individualidade e imparcialidade dos posicionamentos dos entrevistados. Entre os Diretores e Professores não houve polarização das idéias apresentadas, que viesse configurar uma distinção entre os dois segmentos em termos de concepções ou pontos de vistas. Na maioria das vezes, em cada aspecto interrogado, perceberam-se posições antagônicas dentro de um mesmo segmento. A diversidade de opiniões, seja motivada pela trajetória individual, seja pelo contexto em que atua (escola, série e disciplina), concorreu consideravelmente para o enriquecimento deste estudo, cujas idéias principais apresentadas em torno dos quatro eixos, conduzem em linhas gerais aos seguintes entendimentos:

No que se refere à percepção sobre Avaliação Educacional demonstrada pelos sujeitos entrevistados constatou-se a existência de uma pluralidade de concepções, porém num estágio bastante superficial, voltado para a modalidade de Avaliação da Aprendizagem, limitado ao universo da sala de aula, em detrimento de uma visão mais ampla de avaliação. Seus conceitos apresentam-se associados as primeiras idéias de avaliação, como sinônimo de medição, mensuração e verificação. Ficou evidenciada a lacuna generalizada na formação inicial dos professores e gestores na área de avaliação educacional, remetendo para necessidade de uma política de formação continuada, qualificando-os para compreensão e envolvimento com os processos avaliativos.



Em relação ao nível de conhecimento do SPAECE, percebeu-se uma diferença entre os dois segmentos, onde os Diretores demonstraram um maior domínio e compreensão, comprovado pelas definições mais detalhadas e fundamentadas. Entre os professores configurou-se uma situação polarizada, onde de um lado estão aqueles que praticamente desconhecem o sistema, e do outro, os que conhecem e, inclusive, já participaram de alguma atividade, a exemplo da elaboração de itens para os testes.

Embora possuam uma forma elementar de conhecimento acerca da avaliação, foram capazes de distinguir as especificidades e características das duas vertentes que compõe o sistema: Avaliação do Rendimento Escolar e Avaliação Institucional. Da mesma forma é pacífico o reconhecimento da sigla do SPAECE entre todos os entrevistados, sinalizando sua absorção pela comunidade escolar enquanto referência do sistema de avaliação estadual.

No que se refere a divulgação dos resultados do SPAECE, evidenciou-se insuficiente tanto no âmbito da SEDUC para a escola, como desta para os seus segmentos. O tipo de material produzido restringe-se quase que exclusivamente a elaboração de relatórios, com uma linguagem técnica, própria dos gestores da instância central. Percebe-se a ausência de materiais diversificados, publicados em grande escala, para as diferentes audiências. A divulgação dos resultados no SPAECE, assim como verificado em outros sistemas de avaliação, constitui-se ainda um desafio a ser superado.

Quanto ao uso dos resultados do SPAECE, são levantados questionamentos sobre as suas reais contribuições para a melhoria do sistema educacional. Embora alguns não percebam essa relação direta dos resultados das avaliações com as políticas educacionais, a maioria dos en-





trevistados reconhece alguns impactos positivos. O uso é relatado com maior frequência na elaboração de alguns projetos pontuais, de iniciativa da escola ou de alguns professores. Depreende-se que a utilização no âmbito da escola, ocorre de forma fragmentada e assistemática.

A deficiência na análise e utilização dos resultados das avaliações de forma mais efetiva, pelos diversos usuários permanece também como desafio para os sistemas de avaliação. É preciso avançar na avaliação, na produção e na divulgação de seus resultados. Mais que espelhar a realidade presente e lançar luzes sobre o futuro, é preciso converter resultados em mecanismo propulsor, “em alavanca”, segundo Gatti (2007), para transformação imediata da realidade crítica que enfrenta a educação no âmbito nacional e estadual.

## Bibliografia

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação Educacional: regulação e emancipação**: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. – São Paulo: Cortez, 2000.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Escola, comunidade e educação. Avaliação em Educação: o que a escola pode fazer para melhorar seus resultados? *In*: Cadernos Cenpec / Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. – N. 3 (2007) – São Paulo: CENPEC, 2007.

CEARÁ, Secretaria da Educação Básica. Coordenadoria do Desenvolvimento Técnico Pedagógico. Núcleo de Pesquisa e Avaliação Educacional. **Avaliação Institucional – Um Projeto Inovador nas Escolas Públicas do Ceará – 1ª. Etapa**. Fortaleza: SEDUC, 1997 (mimeo)



FIRME, T. P. Avaliação, tendências e tendenciosidades. In: **Revista Ensaio: avaliação e políticas públicas educacionais**, Rio de Janeiro, vol.1, n. 2, p. 5-12, jan. /mar., 1994.

GATTI, Bernardete. Precisamos de política educacional efetiva, antes de avaliar. In: *Avaliação em Educação: o que a escola pode fazer para melhorar seus resultados?* Cadernos Cenpec / Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. – N. 3 (2007) – São Paulo: CENPEC, 2007.

GUBA, Egon G.; LINCOLN, Yvonna S. **Fourth generation evaluation**. Newbury Park: Sage Publications, 1989.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.

RAVELA, Pedro. Avaliação torna-se uma exigência dos tempos atuais (entrevista). In: Ceará. Secretaria da Educação Básica. *Revista SPAECE*. Fortaleza: Edições SEDUC, 2005.

RISTOFF, Dilvo. Avaliação Institucional: pensando princípios. In: BAZAH, Newton César e SOBRINHO, José Dias. *Avaliação Institucional – Teorias e experiências*. São Paulo: Cortez, 1995.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Introdução à avaliação educacional**. São Paulo: IBRASA, 1989.

\_\_\_\_\_. **Avaliação educacional e o avaliador**. Tese de Doutorado em Psicologia da Educação – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. São Paulo, 1997. (mimeo)

WORTHEN, Blaine R. **Visão geral do mosaico formado pela avaliação e controle educacionais**. In: GOLDBERG, M. A. A.; SOUZA, C. P. (Orgs.). *Avaliação de Programas Educacionais – vicissitudes, controvérsias, desafios*. E.P.U. – Editora Pedagógica e Universitária Ltda., São Paulo, 1982.

